

*Ensaio para a Construção de uma Ciência Pedagógica Brasileira: o Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)**

Diana Gonçalves Vidal

Universidade de São Paulo (Usp)

Discute, a partir da análise das práticas de formação docente organizadas no Instituto de Educação do Distrito Federal, durante a direção de Manoel Bergström Lourenço Filho, e sob a administração de Anísio Teixeira, da Instrução Pública/Departamento de Educação (1932 a 1937), como a Escola de Professores funcionou como campo de pesquisa e local de produção de uma ciência pedagógica brasileira.

Nos anos de 1932 a 1937, durante a direção de Manoel Bergström Lourenço Filho e sob a administração de Anísio Teixeira, na Instrução Pública/Departamento de Educação do Distrito Federal (1931-1935), o Instituto de Educação constituiu uma nova prática de formação docente, baseada no exercício disciplinado do olhar. Saber observar, analisar em profundidade situações vividas, experiências e textos, foi um dos maiores investimentos do ensino implantado na escola: suportes de uma prática laboratorial que transformava o aluno em pesquisador e em objeto de pesquisa, e o ensino em técnica e permanente crítica.

*O texto apresenta algumas das investigações realizadas para a elaboração de minha tese de doutorado, recentemente defendida, sob orientação de Marta M. C. de Carvalho (ver Vidal, 1995).

No discurso pronunciado por ocasião da criação do Instituto, em 1932, Lourenço Filho afirmava algumas das novas funções das escolas dedicadas à formação docente. A primeira, o preparo técnico do professor, e por isso elogiava a ascensão do ensino normal ao nível superior. ' "Em uma palavra, os processos de educação vão abandonando, dia a dia, a base empírica tradicional, para apoiar-se em fundamentos objetivos" (Lourenço Filho, pi 32.04.05.).²

A segunda, o compromisso social : "Necessitamos do maior cuidado em que o plano de estudos da Escola de Professores seja um plano real que atenda imediatamente às necessidades mais prementes de nossa organização escolar, em tudo quanto diga respeito à formação técnica e social dos mestres. Assim, pois, tais cursos, trazendo à escola, professores que manejam a realidade das escolas dos nossos morros e praias, estarão sempre a 'revitalizar' o endereço que devem ter os nossos estudos" (idem).

A Escola de Professores nascia, assim, com o compromisso de pautar seus ensinamentos sobre um conhecimento científico e social do educando e dos processos de aprendizagem, somente possível pela constituição do Instituto em um centro de pesquisas pedagógicas. Na reforma azevediana, esta transformação já havia sido prevista para a Escola Normal (Brasil. Decreto nº 3.281,1928). Entretanto, foi a partir da administração anisiana que pesquisar e investigar passaram a ser fins da Escola de Professores (Lourenço Filho/Inst. Educ. I, Fot.459).

Na exposição de motivos do Decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932, Anísio comentava: "A formação dos professores (...) é uma formação de tal ordem prática, que o centro de gravidade da escola são os estabelecimentos anexos de ensino primário, que devem funcionar como laboratórios para demonstração (ensino modelo), para experimentação (ensino de novos métodos) e para prática de ensino (classes de aplicação)."

¹O Decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932, reorganizava a antiga Escola Normal do Distrito Federal, criando o Instituto de Educação, que reunia as escolas Primária, Secundária e de Professores e o Jardim de Infância sob a administração central do diretor da Escola de Professores, Lourenço Filho. Elevava, também, a formação docente a nível superior.

²Todos os documentos citados neste trabalho foram recolhidos junto ao CPDOC/FGV e apresentam os dados bibliográficos, conforme a organização do Arquivo Lourenço Filho.

A organização das escolas no Instituto, concentrando alunos e alunas por um período de 16 anos consecutivos - três anos de jardim, cinco de primário, cinco de secundário, um de complementar e dois de magistério -, permitia "não só a observação continuada da criança e do adolescente, nas fases de maior interesse para a educação escolar, e a experimentação, com rigoroso controle dos resultados, dos processos didáticos modernos, como também o arquivo de dados objetivos para o estudo do escolar brasileiro. Ao INSTITUTO está naturalmente reservado o papel de arquivo de pesquisas educacionais, as quais poderão vir a ter sensível influência no pensamento pedagógico do país, uma vez elaboradas e publicadas"(Teixeira, 1935, p. 166).

O Instituto de Educação funcionava como uma verdadeira escola-laboratório. Os conhecimentos, adquiridos nas aulas da Escola de Professores, voltavam para a sala da Primária, mediante as atividades de Prática de Ensino. As/os professoras/es do Jardim de Infância e do ensino primário e secundário acostumavam-se a observar suas/seus alunas/alunos, anotar seu comportamento, realizar inquéritos e pesquisas; além de observarem e avaliarem o fazer das professorandas e serem, por essas, observadas/os e avaliadas/os. As professorandas engajavam-se, ainda, como pesquisadoras em trabalhos desenvolvidos no estabelecimento. Assim, investigavam, por exemplo, os hábitos alimentares das/dos alunas/os, a maturidade para a aprendizagem e as técnicas de ensino da escrita e da leitura.

Algumas dessas investigações passo a narrar, na tentativa de demonstrar o caráter experimental do ensino realizado no Instituto.

A Seção de Prática de Ensino da Escola de Professores (Lourenço Filho/Inst. Educ. IV a VI, Fot.614 a 739) avaliava as atividades de observação, participação e direção de classe desenvolvidas pelas professorandas na Escola Primária do Instituto de Educação mediante questionários. No tocante à observação, os questionários eram subdivididos segundo a área de conhecimento. Havia questionários para Cálculo, Linguagem, Ciências Naturais e Conhecimentos Sociais: disciplinas do curso primário. Ao todo existiam 29 formulários para avaliação das aulas de Cálculo, 29 para Linguagem, seis para Ciências Naturais e seis para Conhecimentos Sociais. Nesses questionários, percebia-se a preocupação em se apurar se, na escola, eram seguidos os princípios do ensino ativo.

No cabeçalho indicava-se a data, o nome da professoranda e sua turma, a classe que observou e o número da sala. As questões eram majoritariamente discursivas. Geralmente, as perguntas versavam sobre as condições gerais do trabalho em classe mais do que sobre o conteúdo apresentado na aula. Ou seja, inquiria-se sobre a atenção da/do aluna/o, a disciplina, o interesse *real* pelo trabalho, os recursos materiais utilizados, a motivação e a assimilação. Insistentemente, perguntava-se se a situação onde se originou a atividade em curso parecia despertar o interesse real da/do aluna/o.

A assistente de Prática de Ensino na Escola de Professores, Ondina Marques (1934a, p.93), assim se expressava, dizendo que o interesse pelo trabalho escolar não deveria ser interesse de " 'resultado material', no sentido popular da palavra, para designar móveis mais ou menos egoísticos - nem tão pouco excitação momentânea que um objeto possa despertar, mas o interesse no sentido de situação, que tome o trabalho tão absorvente, que todos os poderes e forças do indivíduo sejam postos em jogo".

Especificamente no questionário sobre Cálculo, uma questão freqüente dizia respeito aos recursos utilizados para a fixação da aprendizagem. Recorrentemente indagava-se sobre o uso de jogos em classe, demonstrando interesse em verificar se a atividade desenvolvia atitudes de cooperação ou competição entre os alunos. Inquiria-se, também, acerca da freqüência escolar e do uso de uniformes.

Nos questionários sobre Linguagem, aparecia o desejo de averiguação das condições físicas da/do estudante: defeitos de visão e dos aparelhos de fonação e audição, falta de maturidade para a leitura e deficiência de coordenação motora eram arrolados como possíveis causas do fracasso das atividades. As dramatizações surgiam como recurso poderoso para o aperfeiçoamento da leitura. Quanto ao ler silenciosamente, era especialmente indagado se as crianças moviam os lábios ou murmuravam durante o trabalho ou se aproximavam demasiadamente o livro dos olhos, atitudes desaconselhadas. Quanto ao escrever, advertia-se para a posição do papel, do lápis e do corpo. Havia uma preocupação em controlar o movimento do corpo infantil. Finalmente, no tocante à motivação para a aula de Linguagem, perguntava-se se a/o aluna/o a iniciara por narração

de uma história, palestra sobre uma gravura ou apresentação de objeto que interessasse às crianças. Insistia-se no uso de jornais e revistas como material de leitura em classe.

Nos questionários referentes às Ciências Naturais, a indagação recorrente era sobre observação direta e realização de experiências como condições de aprendizagem dos conceitos. Nos questionários, apontava-se, também, como recurso auxiliar à vivificação do conteúdo, a utilização de projeções e estampas, estas últimas aparecendo com menos prestígio. Inquiria-se, ainda, sobre a realização de museus em sala de aula.

Finalmente, quanto ao ensino de Conhecimentos Sociais, insistia-se na realização de álbuns de gravuras e fotografias e de excursões a museus, monumentos e locais históricos e no uso de projeções, mapas, globos, tabuleiro de areia e argila ou massa plástica como forma de visualização dos conhecimentos. Jogos e dramatizações eram indicados como recurso à fixação.

O período de participação era verificado por cinco questionários. Basicamente indagava-se sobre a atuação da professoranda: sua atitude - naturalidade, domínio de si mesma, identificação com a classe; sua linguagem - adequação, fluência, clareza, correção; seu modo de se expressar - intensidade, velocidade e modulação de voz; a reação que despertava nos alunos - interesse, naturalidade e atividade; e sobre o desenrolar da aula: motivação, objetivo, material e andamento - aproveitamento do tempo, dos recursos e da motivação. Procurava-se disciplinar a conduta da professoranda, tanto na aplicação de métodos de ensino, quanto no controle dos movimentos do corpo.

No último período de direção, dois questionários eram respondidos: um pela professoranda e outro pela professora da classe. No primeiro, registravam-se as atividades propostas e realizadas, as perguntas feitas pelas/os aluna/os e o trabalho a ser preparado para o dia seguinte. No segundo, eram avaliados a atitude da aluna-mestra, a linguagem, os objetivos da aula, o desenvolvimento do trabalho, a reação da turma e os casos individuais.

Como resultado de toda essa atividade avaliativa, em 1934, a Seção de Prática realizou um inquérito, entre as professorandas, para averiguar a adequação das atividades da disciplina aos estudos da Seção de Matérias de Ensino; para

indagar se os exercícios propostos concorreram para mudar a atitude da professoranda em relação aos problemas de ensino, se foram suficientes para dar-lhe uma melhor atitude de observação, maior precisão de julgamentos, maior iniciativa na solução dos problemas e maior gosto pela carreira; e para solicitar sugestões com vistas a melhorar o trabalho da cadeira, nos diversos períodos.

As professorandas, em geral, reclamavam da defasagem entre as Seções de Prática e Matérias, à exceção de Linguagem; do acúmulo de trabalhos e de falta de tempo. Algumas queixavam-se dos questionários: "questões demasiadas ou deficientes" ou "dá lugar a certos aborrecimentos quase que inevitáveis, com as injustiças das simpatias e antipatias, rivalidades e revanches". Há de se lembrar que as notas atribuídas nessas avaliações, por suas pares, influíam na média final da disciplina. Salientavam, ainda, a diferença entre a realidade encontrada na Escola Primária do Instituto e nas demais escolas municipais e os problemas em manter a disciplina: "a disciplina natural que decorre do próprio trabalho não é tão fácil, pois os alunos se mostram às vezes interessados, mas em atitude exaltada" ou "quanto à técnica, a questão da disciplina e do interesse são as mais sérias". Realçavam, também, a dificuldade em aplicar a teoria às questões práticas: "verificando que muitas vezes só podemos aplicar a teoria com grandes modificações", na constatação de que "um bom plano nem sempre corresponde a uma boa aula".

Talvez as dificuldades apontadas pelas alunas-mestras tenham incentivado a realização do inquérito sobre disciplina, em dezembro de 1935, na tentativa de apurar comportamentos mais freqüentes entre as crianças e, possivelmente, propor maneiras para lidar com eles. A partir de uma consulta a 200 professoras/es públicas/os, levantando atos que eram julgados como indisciplinados pelo magistério (Lourenço Filho /Inst. Educ. IX, Fot.825 e seg.), foi composto um questionário, encaminhado a professoras/es das escolas primárias Santa Camarina, Chile, México, Instituto de Educação, Argentina, dentre outras. Nele, a indisciplina era dividida em cinco categorias: falta de respeito à autoridade, faltas contra o regulamento escolar em geral, faltas contra a boa ordem dos trabalhos da classe, faltas contra outras crianças e faltas contra a moralidade e a propriedade. O questionário visava também abranger "traços de temperamento

e caráter dos alunos que atrapalhassem o bom andamento do trabalho escolar". As respostas vinham classificadas em: nunca ocorreu, raro, freqüente, muito freqüente e habitual.

Classificados como comportamentos quase freqüentes na Escola Primária do Instituto: fazer gestos de pirraça, resmungar ou rir com ar de mofa; recusar-se a atender, mesmo quando chamado à ordem; demorar-se, propositalmente, em cumprir as determinações da professora; ser indiferente ao trabalho; chegar atrasada/o freqüentemente; promover pequenas desordens (atirar bolas de papel, cochilar, arrastar os pés ou as cadeiras, dentre outros); ser descortês com as/os colegas; rir ou mofar das/os colegas quando cometem erros; demonstrar hipocrisia e dissimulação; ameaçar, bater ou usar de crueldade para com as/os companheiras/os; não respeitar os direitos das/os colegas; ser maliciosa/o; ter suscetibilidade excessiva; ter tendência a chorar facilmente; e ser tímida/o, possuir sentimento de inferioridade.

Percebidos como freqüentes: estar inquieta/o ou agitada/o; criticar a cada instante as/os colegas; delatar; ter curiosidade demasiada; descuidar-se de asseio corporal; ter espírito de destruição; não possuir confiança em si; ser incapaz de confessar as próprias falhas; ter nervosismo ou irritação; ser teimosa/o; ter tendência a intrigar e a delatar; e mentir.

Considerados como muito freqüentes: correr ou gritar pelos corredores; estar desatenta/o às lições ou explicações; ser descuidada/o com as lições e os exercícios; deixar o seu trabalho para interromper ou distrair as/os colegas; descuidar-se do material escolar; e ser preguiçosa/o.

Fácil perceber por que as professorandas desencantavam-se com a teoria no momento de lidar com os problemas de disciplina. As crianças mostravam-se refratárias à aprendizagem, descuidadas e preguiçosas. Na comparação das respostas a esse questionário pelas/os professoras/es de outras escolas e do Instituto, a percepção de que a delação, avaliada como muito rara nos demais estabelecimentos, aparecia como freqüente. As exigências do ensino modelar acabavam levando as crianças à competitividade e à intriga.

No fim do ano de 1934, foi efetuado um outro inquérito: sobre testes de múltipla escolha (Lourenço Filho/Inst. Educ. VII, Fot. 740 e seg.). Foram

consultadas/os apenas alunas/os e professoras/es do Instituto. Todo o questionário compôs-se a partir da comparação entre o sistema de testes e o sistema clássico de provas (dissertativo). Ao corpo discente foi inquirido sobre a preferência de sistema, a objetividade da correção e exatidão das notas, a ocorrência de cola e a existência de questões do tipo enigma. Dos 134 alunos consultados na Escola de Professores e dos 111 estudantes na Escola Secundária, apenas duas/dois tiveram suas respostas arquivadas. Nos demais casos, o tratamento estatístico fez subsumir o documento original.

Os testes apareciam como o sistema de provas mais objetivo, no qual a correção era mais exata e a existência de cola menor. Uma aluna, escrevendo na margem do questionário, afirmava que a diminuição da cola no sistema de testes era menor que no sistema clássico porque a fiscalização era maior. Grande fiscalização no sistema clássico também levaria a/o aluna/o a colar pouco.

O sistema de testes era apontado, ainda, pelas alunas-mestras, como o que possuía o maior número de questões do tipo enigma. As provas mais enigmáticas, para as professorandas, eram as de Cálculo (17,61%) e História da Educação (16,42%). Filosofia e Psicologia (0,74%) apareciam como as matérias com menor índice de questões-charadas. No Ciclo Complementar da Escola Secundária, eram consideradas enigmas as provas de Estatística (16,22%), Química (14,41%) e Filosofia (9,91%). Sociologia, Literatura, Línguas (particularmente o Inglês) apareciam como menos enigmáticas (0,90%).

Todos/as os/as 44 professoras/es do Instituto de Educação foram consultadas/os nesse inquérito. As respostas arquivadas, entretanto, referiam-se somente a 21 professoras/es e a um médico. As questões variaram um pouco. Além de indagar sobre a objetividade do sistema de testes, a exatidão de notas, a ocorrência de cola e o caráter de charada das perguntas, o inquérito perguntava sobre a experiência com a elaboração e a aplicação de testes e a receptividade ao sistema. A maioria afirmou ter começado a aplicar os testes em 1932, não possuindo experiência anterior à desenvolvida no Instituto. Recebiam a inovação com alguma confiança (34,09%). Acreditavam na objetividade dos testes e na exatidão dos julgamentos. Todas/os concordavam que a correção era mais cômoda.

De todas as críticas, a mais ácida veio de Edgar Sussekind de Mendonça, professor de Ciências Físicas e Naturais da Escola Secundária:

E a apresentação, já formulada ou rigidamente indicada, das soluções pelo professor, faz dos "testes" o servidor submisso de um dogmatismo pedagógico, em contradição com a época de experimentação fundamental. Deixo, ainda, (...) de referir-me ao caráter protelatório que os "testes" apresentam, encobrando, sob as aparências de conciliação da velocidade com a justeza, uma organização obsoleta de turmas numerosas com provas freqüentíssimas, que já teria ruído sob a pressão dos educadores não fosse essa capa tecnocrática a cobrir economias revoltantes.

Se os educadores não fizeram ruir o sistema de testes, pais e aluna/os tentaram abalar sua estrutura, colocando em dúvida a confiabilidade dos resultados. O inquérito havia sido elaborado em virtude da intensa crítica que o sistema gerara no corpo discente e em seus responsáveis. Segundo Lourenço Filho, nos exames de múltipla escolha, a probabilidade de a/o aluna/o acertar as respostas ao acaso é de 50%. Para corrigir desvios da avaliação, as notas seguiam o seguinte critério: em 100 questões, acertou a/o aluna/o 50 e errou 50, sua nota seria zero, porque $50-50=0$; acertou 60, errou 40, nota 20; acertou 80, errou 40, nota 40 e sucessivamente. Ainda, considerava-se de 0 a 20 como nota final 0 (Lourenço Filho/Inst.Educ.III, Fot. 605). Discordando dos critérios de correção, pais e alunas/os foram reclamar junto à Inspetoria.

O Superintendente do Ensino Secundário, Major Agrícola Bethlem, em 29 de novembro de 1933, reconhecendo o mérito das reclamações, resolveu tomar nulas as notas dos exames parciais realizados na Escola. No ofício remetido em 5 de dezembro, mandava que fosse efetuada revisão das notas, com atribuição de notas iguais ao valor dos pontos obtidos nos testes para cada prova. Com a realização do inquérito sobre os testes, pretendia a direção da Escola respaldar a continuidade do uso do novo método, afirmando seu caráter "científico".

Não bastava que os inquéritos fossem realizados; era imprescindível publicá-los; só assim as pesquisas educacionais poderiam influenciar no "pensamento pedagógico do país", como afirmara Anísio Teixeira. A revista *Arquivos do Instituto de Educação* vai desempenhar, então, um papel fundamental na divulgação dos estudos efetuados pelo Instituto.

Criada durante a administração de Lourenço Filho, a revista editou seu primeiro número em junho de 1934. Ao todo, no período Lourenço Filho, foram publicadas três edições, veiculando uma gama diferenciada de pesquisas, que atingiam alunos e alunas do Jardim de Infância, das Escolas Primárias e Secundárias e que envolviam, como pesquisadoras, as estudantes da Escola de Professores/Educação.

No Jardim de Infância, uma investigação pretendeu apurar a situação social da clientela. Celina Nina (1934) explicitava os procedimentos da escola, sob sua direção. Para as/os alunas/os que ingressaram em 1933 e 1934, foi preenchida uma ficha individual, onde se avaliavam hábitos de higiene, disciplina, cooperação, zelo e Sociabilidade. Esse questionário, realizado nas cinco primeiras semanas, foi repetido, nas cinco semanas posteriores, de forma a acompanhar o desenvolvimento individual. As respostas foram confrontadas com dados de saúde e situação social. Dados sobre a boa normalidade do desenvolvimento mental obtinham-se pela observação diária. Ressaltava a diretora a importância da Associação de Mães para o conhecimento das condições dos lares infantis e para a intervenção nas casas onde se percebesse necessária. Segundo as estatísticas, a clientela do Jardim era constituída, quase totalmente, por crianças pobres e remediadas. Apenas três alunas/os tinham sido computadas/os como abastadas/os em 1934. As informações colhidas no Jardim de Infância pretendiam apreciar aspectos da educação pré-primária no Distrito Federal.

Na Primária, a preocupação com a má letra das/dos escolares organizou as atividades do ano de 1933. Para sanar o problema, ensaiou-se, pela primeira vez no Distrito Federal, a caligrafia muscular (Marques, 1934b), escrita cursiva inclinada para a direita. Os exercícios para aperfeiçoar esse tipo de escrita seguiam a seriação composta por Lister. Basicamente, eram cinco os traçados propostos: a) linhas inclinadas, muito juntas, tomando duas pautas do papel comum, contando-se 1.2, 1.2, ...; b) ovais, na mesma inclinação do exercício anterior, primeiramente da esquerda para a direita, depois da direita para a esquerda; c) ovais, em série de seis ou oito; d) curvas; e) alças. Os exercícios tinham por finalidade desenvolver a inclinação, a espessura e a leveza das linhas. Os cuidados com a posição do corpo da/do aluna/o, do papel e da caneta eram apontados

como fundamentais. Depois de aperfeiçoada a técnica motriz, as/os alunas/os aprendiam a fazer letras isoladas e, finalmente, ligações.

A avaliação da evolução dos exercícios, julgados como provas em abril, agosto, outubro e novembro, foi efetuada a partir da construção de uma escala-padrão provisória. Pediu-se às/aos 419 alunas/os da escola que escrevessem uma mesma frase. Por uma comissão especial de professoras da Primária, elegeram-se as oito melhores escritas, que, dispostas em ordem crescente de perfeição, constituíram-se escala de julgamento.

A experiência foi executada diferentemente entre as classes da Primária, com o intuito de testar o método:

Para observação acurada das vantagens da seriação empregada, fizemos que uma das turmas do terceiro ano, 3BX3, escrevesse apenas por "simples imitação", enquanto outra, 3B Y3, seguisse rigorosamente a seriação de Lister. Aquela seria, assim, uma classe testemunho. Como era de se esperar, a classe submetida aos exercícios de seriação apresentou maior desenvolvimento, tanto em qualidade como em rapidez (Marques, 1934b, p.74).

As investigações com a caligrafia muscular continuaram nos anos seguintes. Como conclusões de uma experimentação de três anos, Orminda Marques (1936), diretora da Escola Primária, indicava a superioridade do sistema muscular sobre os demais, porque atendia de modo mais completo às exigências dos objetivos da escrita na sociedade moderna, quais sejam: velocidade e perfeição; porque admitia perfeitas condições de higiene e eficiência do trabalho; e porque se fundamentava nos princípios gerais da psicologia da aprendizagem e da fisiologia do movimento muscular.

Essa talvez tenha sido uma das experiências mais representativas do espírito da pesquisa no Instituto. Aplicada em sala de aula por três anos, teve os resultados divulgados aos corpos docente e discente do Instituto, através dos *Arquivos*, em duas edições sucessivas; e alcançou o público mais amplo pela publicação, em 1936, na Biblioteca de Educação (Cia. Melhoramentos de São Paulo), de *A Escrita na Escola Primária*, de autoria da própria diretora, reeditado em 1950. Ainda, propiciou a edição, entre 1940 e 1960, de vários cadernos de caligrafia adaptados às diferentes séries da escola elementar:

Brincando com o Lápis: trabalho preliminar da série "Escrita Brasileira" e *Escrita Brasileira* (caligrafia muscular), números 1, 2, 3,4 e 5, todos assinados por Orminda Marques. Partindo de uma tiragem de 11 mil exemplares em 1944, a série alcançou em 1952 a tiragem de 250 mil exemplares.³

No ano de 1934, ainda, outra experiência foi realizada na Escola Primária. Duas professoras, Helena Madroni (1936) e Nair Freire (1936), trabalharam com o ensino de leitura em classes selecionadas pelos testes ABC. No início do ano, 156 crianças foram submetidas aos testes. A classe forte foi entregue à Helena e a fraca à Nair. Lourenço Filho auxiliou diretamente o trabalho da classe fraca, propondo exercícios e subsidiando materialmente o desenvolvimento do projeto da classe. Ao contrário da classe forte, as/os alunas/os da classe fraca apresentavam-se dispersas/os e debilitadas/os fisicamente no início do ano letivo (Freire, 1936). O tratamento médico, bem como a assistência alimentar dada a essas crianças, concorreram, segundo Nair, para a melhoria dos trabalhos.

As experiências com classes fracas e fortes, selecionadas pelos testes ABC, continuaram sendo realizadas na Primária, nos anos de 1935 a 1937. Serviram para reformulações no texto de *Testes ABC*, de Lourenço Filho (1952, p.62), cumprindo seu papel de atuar na revisão da pesquisa pedagógica nacional.

Note-se, no entanto, que as condições econômicas que levam à nutrição deficiente ocasionam retardamento de maturação, como observou o A., em classes da Escola Primária do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, de 1934 a 1937 (...).

Na Escola Secundária, o professor de Desenho, Nerêo Sampaio (1936), dirigiu um inquérito sobre a capacidade visual de observação das/dos alunas/os. Apurou que, em 1932, 92% das/dos estudantes com idade cronológica entre 11 e 18 anos estavam com *idades visuais* de 8 a 10 anos, o que significava que apresentavam problemas de deformação na observação do natural. Para solucionar essas dificuldades, Sampaio estudou diferentes programas, com diversas velocidades para as várias turmas, na expectativa de discriminar o melhor programa/ritmo de ensino. A cada aluna/o fez corresponder uma ficha individual,

³Dados fornecidos pela Biblioteca da Cia. Melhoramentos de São Paulo, em dezembro de 1995.

onde eram registrados a frequência e o aproveitamento nos exercícios. Essas fichas davam origem a gráficos mensais de nota e de presença. As dificuldades apresentadas pelas/os alunas/os na execução das tarefas eram sistematizadas em tabelas, permitindo a professores e professoras rever a sua prática de ensino.

Como resultado, a percepção de que "o desenho é disciplina que se estuda como qualquer outra e na qual as vocações se manifestam do mesmo modo que nas demais e não, inversamente, isto é, que seja necessário possuir vocação para aprendê-la, conforme ficou provado mais uma vez, no decurso deste ano, pois 87,5% de alunos que não sabiam desenhar (...) apenas, 4,9 aproximadamente, 5% deixam de o aprender" (Sampaio, 1936, p.48).

O desenho era recurso importante no ensino da Escola Secundária, especialmente porque disciplinava a observação. Química, Física e História Natural utilizavam-se explicitamente da capacidade de desenhar para aperfeiçoar a aprendizagem da matéria. Os relatórios das experimentações em Química e Física eram ilustrados por desenhos à mão livre, apresentando os passos e os materiais de cada experiência. Para Pecegueiro do Amaral (1934), professor de Química, o desenho era de "suma importância, porque é um processo, não só de habituar os alunos à prática salutar da fixação de imagens pelos traços, ilustrando melhor as impressões registradas, como ainda de forçar a atenção para as particularidades dos aparelhos e das técnicas usadas, quando passam, assim, a ser encaradas de modo menos superficial." Carlos Werneck (1936), professor de História Natural, elucidava o método de ensino que utilizava: "as preparações são primeiro projetadas e explicadas, em seguida examinadas ao microscópio detidamente por cada aluna de *per si*, e logo copiadas à mão livre: leva-se assim a uma observação mais atenta e minuciosa".

Reforçando o caráter laboratorial do Instituto, as alunas da Escola de Professores também atuavam como pesquisadoras. Maria Reis Campos (1937), professora da Seção de Matéria, indicava como procedimento ordinário de seus cursos a realização de observações diversas e de inquéritos pelas professorandas na Escola Primária. De todas as pesquisas feitas pelas professorandas, mereceu destaque a de Maria José Cahet (1934), única aluna a ter seu trabalho publicado pela revista *Arquivos*. Versava sobre a alimentação das/dos alunas/os de 2^a a 5^a

série do primeiro turno das escolas Pareto, Prudente de Moraes e Celestino Silva, ao todo 116 alunas/os consultadas/os. Foi realizada como tema de exame na Seção de Biologia Educacional, sob a chefia de J.P Fontenelle. A aluna procurava desvendar quantas refeições as crianças faziam por dia e qual a qualidade dessas refeições. Comparava os alimentos indicados como ingeridos diariamente a padrões alimentares tidos por ideais. Ainda confrontava os horários das refeições com os indicados cientificamente. Como resultado, a constatação da falta de verduras e ovos na alimentação infantil, bem como o baixo consumo de leite. Terminava por indicar a instituição do "copo de leite escolar".

Ampliando, ainda, a atividade experimental da Escola, em 1934, foi inaugurada o PRD5, estação transmissora radiofônica, instalada no prédio do Instituto. Começou a transmitir em 6 de janeiro, com três programas diários: *Hora Infantil*, para os três turnos escolares (9h, 13h30 e 15h); *Jornal dos Professores*, às 18h; e *Suplemento Musical*. Somente no ano de 1934 foram efetuadas 402 irradiações do *Hora Infantil*, 288 do *Jornal dos Professores* e 52 irradiações externas. A *Hora Infantil* contou com a inscrição de 1.110 crianças, muitas das quais se correspondiam com as professoras do programa, remetendo-lhes, ao todo, 10.800 trabalhos, entre composições escritas, desenhos e modelagens. O *Jornal dos Professores* levou ao ar 309 palestras e conferências sobre artes, ciências e literatura. A título de ensaio, ainda em 1934, foram realizadas algumas "conferências ilustradas", nas quais as figuras eram encaminhadas, previamente, por correio, às pessoas interessadas (Teixeira, 1935, p.244).

Todo esse intenso repertório de investigações realizadas no e pelo Instituto teve o intuito de demonstrar o caráter de campo de pesquisa e de local de produção de uma cultura pedagógica assumidos pela Escola. As/os professoras/es e alunos, constantemente observadas/os, eram, por sua vez, também, observadoras/es. Nesse sentido, toda uma disciplina do olhar passou a ser normatizada. Olhar para um objeto ou para uma experiência deveria traduzir-se numa atividade tão meticulosa e precisa que capacitasse o/a observador/a a reproduzir o observado, em detalhes, através do desenho. Mas ver não se restringia à apreciação de um fenômeno ou da realidade. Saber observar era, ainda, poder debruçar-se sobre um texto e conhecê-lo em profundidade.

O tempo, assim, era seccionado. Ao contrario do ritmo normal das atividades diárias, o trabalho no Instituto substituíu o tempo do olhar pelo do observar. Alunas/os e professoras/es detinham-se sobre imagens e palavras, procurando mergulhar verticalmente no apreciado ou lido. Ultrapassando os limites do superficial, buscavam os princípios da norma.

As experiências realizadas no Instituto de Educação rapidamente alcançaram o público mais amplo, servindo à reformulação de trabalhos já publicados, como foi o caso dos *Testes ABC*, de Lourenço Filho, e à produção de novas publicações a exemplo de *Como se Ensina a História*, de Jônathas Serrano, em 1935; *A Escrita na Escola Primária*, de Ormindia Marques, em 1936, e *Coro Orfeão*, de Ceição de Barros Barreto, em 1938, todos frutos dos ensaios educativos desenvolvidos na Escola, editados pela Biblioteca de Educação da Cia. Melhoramentos de São Paulo. Estudavam a criança e a/o adolescente brasileiras/os, pretendendo gestar as bases de uma ciência pedagógica adaptada à nossa realidade.

Contrariando o discurso historiográfico que imputa aos educadores das décadas de 20 e 30 o mimetismo de modelos estrangeiros (como identificado por Carvalho, 1993, p.13), a Escola de Anísio e Lourenço procurava testar teorias e elaborar novos métodos a partir de dados coletados via inquéritos e observações, sistematicamente arquivados e analisados.

Em dezembro de 1937, Lourenço Filho despediu-se da direção central do Instituto. Nesse mesmo ano, em janeiro, havia nascido o Inep, ainda como Instituto Nacional de Pedagogia (cf. Brasil. Lei nº 378,1937), resultante de um projeto do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, com a colaboração de Lourenço Filho (Carvalho, 1959, p.86), sendo instalado apenas em 1938, quando passou a denominar-se Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (cf. Brasil. Decreto-Lei nº 580,1938). Destinava-se a desenvolver inquéritos, estudos e pesquisas, além de sistematizar e divulgar os trabalhos realizados por instituições pedagógicas no país, mediante programas de rádio e publicações, dentre elas, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, criada em 1944. (Vidal, Camargo, 1992, p.416). Lourenço Filho assumia como seu primeiro diretor, ficando no cargo até agosto de 1946 (Carvalho, 1959, p.90).

Enquanto isso, a Escola de Professores do Instituto de Educação, que em 1935 passara a chamar-se Escola de Educação, constituindo uma das unidades da recém-criada Universidade do Distrito Federal, mas continuando sob a administração central do Instituto, em maio de 1938, desligava-se deste, que perdia a atribuição de formar professores primários de nível superior. Em 1939, com a extinção da Universidade do Distrito Federal, o Instituto de Educação voltaria a formar professores, em nível secundário, entretanto, deixando seu ensino de ter caráter de ensino superior (cf. Brasil. Decreto-Lei nº 1.063, 1939).

Pouco a pouco, esmaecia no Instituto de Educação sua função de escola-laboratório. Ao Inep, passava-se a responsabilidade de produzir uma ciência pedagógica adaptada às condições brasileiras.

Em carta, datada de outubro de 1938, a Orminda Marques, antiga diretora da Escola Primária, Lourenço Filho lastimava a perda das condições de trabalho do Instituto de Educação, apontando para a "desorganização de uma obra que deveria perdurar". E a consolava dizendo:

Cada um de nós, ao olhar para o passado, chega sem esforço a esta conclusão: o grupo do Instituto, no trabalho imenso que se propôs, *melhorou-se a si mesmo*. (...) *Devemos todos, a essa melhoria, a tranqüilidade com que recebemos os fatos de agora* (Lourenço Filho/Inst. Educ. III, Fot. 603). (Grifos nossos).

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

_____. Decreto-Lei nº 1.063, de 20 de janeiro de 1939. Dispõe sobre a transferência de estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil.

_____. Decreto-Lei nº 3.281, de 23 de janeiro de 1928.

- BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.
- CAHET, Maria José P. A alimentação dos escolares. *Arquivos do Instituto de Educação*, Distrito Federal, v.1,n.1,p. 139-147, jun. 1934.
- CAMPOS, Maria Reis. Estudos Sociais. *Arquivos do Instituto de Educação*, Brasília, v. 1, n.3, p.327-332, mar. 1937.
- CARVALHO, Manuel Marques de. Lourenço Filho e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. In: *Um educador brasileiro: Lourenço Filho*. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.83-112. Livro Jubilar da Associação Brasileira de Educação.
- CARVALHO, Marta. Escola, memória, historiografia: a produção do vazio. *São Paulo em Perspectiva*, v.7, n.1, p.10-15, jan./mar. 1993.
- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (Brasil). O Instituto de Educação. *Arquivos do Instituto de Educação*, Brasília, v.1, n.1,p.3-14,jun. 1934.
- FREIRE, N. V Como ensinei a 1er uma classe "fraca", selecionada pelos testes ABC. *Arquivos do Instituto de Educação*, Brasília, v.1, n.2, p.247-264, jun. 1936.
- LOURENÇO FILHO, M.B. *Testes ABC: para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita*. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1952.
- MANDRONI, H. Como ensinei a 1er uma classe "forte", selecionada pelos testes ABC. *Arquivos do Instituto de Educação*, Brasília, v. 1, n.2, p.239-246, jun. 1936.

- MARQUES, Ondina. Como melhorar a frequência escolar. *Arquivos do Instituto de Educação*, Brasília, v. 1, n. 1, p.91 -98, jun. 1934a.
- _____. Contribuição para o ensino da escrita nas escolas primárias. *Arquivos do Instituto de Educação*, Brasília, v.1, n.1, p.57-89, jun. 1934b.
- MARQUES, Ormindá I. Contribuição para o ensino da escrita. *Arquivos do Instituto de Educação*, Brasília, v. 1, n.2, p.233-238, jun. 1936.
- NINA, Celina. A situação social dos alunos do jardim de infância. *Arquivos do Instituto de Educação*, Brasília, v.1, n.1, p. 99-103, jun. 1934.
- PECEGUEIRO DO AMARAL, J.B. O ensino de química na escola secundária. *Arquivos do Instituto de Educação*, Brasília, v. 1, n. 1, p.49-56, jun. 1934.
- REORGANIZAÇÃO do ensino normal sua transposição para o plano universitário: criação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Exposição de motivos do Diretor Geral de Instrução, acompanhando o Decreto que tomou o nº 3.810, de 19 de março de 1932. *Boletim de Educação Pública*, Brasília, v.2, n. 1/2, p. 110-117, jan./jun. 1932.
- SAMPAIO, F. Nêreo. O ensino de desenho, na escola secundária. *Arquivos do Instituto de Educação*, Brasília, v. 1, n.2, p.233-237, jun. 1936.
- TEIXEIRA, A. *Educação pública: administração e desenvolvimento*. Relatório do Diretor Geral do Departamento de Educação do Distrito Federal, dezembro de 1934. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Departamento de Educação, 1935.
- VIDAL, Diana Gonçalves. *O exercício disciplinado do olhar*, livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal, 1932-1937. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Educação) -Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

VIDAL, Diana Gonçalves, CAMARGO, Marilena A.J. Guedes de. A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.73, n. 175, p.407-430, set./dez. 1992.

VILLAS BOAS, Maria Violeta Coutinho et ai. *Resgate da memória do Instituto de Educação/RJ de 1930/1970*. [Rio de Janeiro]: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Permanente/UFRJ, 1994.

WERNECK, Carlos L. O ensino de história natural na escola secundária. *Arquivos do Instituto de Educação*, Brasília, v.1, n.2,p.161-170,jun. 1936.

Recebido em 10 de julho de 1996.

Diana Gonçalves Vidal, doutora em História da Educação, é professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Usp).

This article intents to discuss how the Instituto de Educação do Distrito Federal, during Manoel Bergström Lourenço Filho direction, and under Anísio Teixeira administration of Instrução Pública/Departamento de Educação (1932-1937), worked as a research field to produce a Brazilian pedagogical science.

Cet article veut analyser comment l 'Instituto de Educação do Distrito Federal, pendant la direction Manoel Bergström Lourenço Filho, et sous l'administration Anísio Teixeira de VInstrução Pública/Departamento de Educação (1932-1937), a fonctionné comme un champ d'investigation pour produire une science pédagogique brésilienne.

Al estudiar las prácticas de formación docente del Instituto de Educação do Distrito Federal, de los años 1932 a 1937, durante la dirección de Manoel Bergström Lourenço Filho y bajo la administración de Anísio Teixeira de la Instrução Pública/ Departamento de Educação, el presente artículo pretende discutir de que forma la Escuela ha funcionado como campo de investigación y local de producción de una ciencia pedagógica brasileña.